

Madeline Rocha Furtado  
Monique Rafaella Rocha Furtado  
Coordenadoras

# O PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

**ESTUDOS TÉCNICOS  
PRELIMINARES E  
TERMOS DE REFERÊNCIA**

Teoria e aplicação sob a égide da  
Lei nº 14.133/2021

Prefácio  
Antônio Anastasia

**FORUM**

MADÉLINE ROCHA FURTADO  
MONIQUE RAFAELLA ROCHA FURTADO  
Coordenadoras

*Prefácio*

Antônio Anastasia

## O PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES: ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES E TERMOS DE REFERÊNCIA

Teoria e aplicação sob a égide da  
Lei nº 14.133/2021

**Área específica da obra**  
Direito Administrativo.

### **Áreas afins do livro**

Administração Pública, Governança,  
Integridade, profissionais do campo jurídico,  
profissionais de gestão pública, estudantes de  
Direito.

### **Palavras-chave**

Planejamento; Estudos Técnicos Preliminares;  
Contratações públicas; Termo de Referência;  
Governança das Contratações.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 1000

Esta obra aborda o planejamento das contratações públicas, focando nos estudos técnicos preliminares (ETP) e termos de referência (TR) na Lei nº 14.133/2021, ressignificando esses processos e inserindo o ETP como protagonista no processo de contratação. Destaca-se esse importante momento abordando os aspectos técnicos, jurídicos e administrativos na elaboração do ETP e TR, além de elencar temas que envolvem desde a presença da Tecnologia da Informação nos processos da Administração Pública; a centralização das aquisições públicas; a precificação; destacando objetos específicos, como, engenharia, serviços técnicos especializados, comunicação e as licitações internacionais. Além de ressaltar questões atuais, como a sustentabilidade nas contratações. A obra traz capítulo especial dedicado às Estatais e ao Sistema "S", abordando suas peculiaridades na fase interna do processo.

P712 O planejamento das contratações: estudos técnicos preliminares e termos de referência - Teoria e aplicação sob a égide da Lei nº 14.133/2021 / Madeline Rocha Furtado, Monique Rafaella Rocha Furtado (coord). Belo Horizonte: Fórum, 2025.

529 p. 14,5x21,5cm  
ISBN impresso 978-65-5518-944-5  
ISBN digital 978-65-5518-943-8

1. Planejamento. 2. Estudos técnicos preliminares. 3. Contratações públicas. 4. Termo de referência. 5. Governança das contratações. I. Furtado, Madeline Rocha. II. Furtado, Monique Rafaella Rocha. III. Título.

CDD: 342  
CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FURTADO, Madeline Rocha; FURTADO, Monique Rafaella Rocha (coord.). *O planejamento das contratações: estudos técnicos preliminares e termos de referência - Teoria e aplicação sob a égide da Lei nº 14.133/2021*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 529 p. ISBN 978-65-5518-944-5.

## **Madeline Rocha Furtado**

Escritora, professora e consultora na área de Gestão Pública, Licitações e Contratos Públicos. Especialista em Gestão em Logística na Administração Pública e Direito Público. Mestranda em Ciências Jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa. Coautora da obra *Gestão de Contratos de Terceirização na Administração Pública – Teoria e Prática* (2023. 8. ed. Belo Horizonte: Fórum), entre outras. Assessora técnica na SGD/MGI.

## **Monique Rafaella Rocha Furtado**

Sócia-Fundadora e *Head* de Negócios Públicos do escritório ROCHA FURTADO ADVOCACIA. Advogada administrativista. Consultora. Palestrante e Professora.

Pós-graduada em Direito Administrativo pelo Instituto Brasiliense de Direito Público. MBA em *Compliance* e Governança pela FACE/UnB. Especialista em Direito, Economia e Compliance pela Universidade de Coimbra, Portugal. Bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Foi membro do Grupo de Trabalho de Modernização da Lei de Licitações da OAB Federal (2017/2018). Coautora da obra *Obra Gestão de Contratos de Terceirização na Administração Pública – Teoria e Prática*. Articulista nas áreas de Licitações, Compliance e LGPD em diversos portais e editoriais.

**Andréa Heloisa da Silva Soares**

Especialista em Direito Público e Processual Civil. Bacharel em Direito e Administração pela UFMG. Experiência de 18 anos em logística e compras públicas. Autora de artigos em livros e Internet. Professora e palestrante. Atuação no Governo Federal, no Estado de Minas e na Prefeitura de BH.

**Andressa Caroline Rocha Furtado**

Sócia-fundadora da AF.COM. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pelo Centro Universitário IESB. Especialização em Marketing Digital pela FGV. Comunicóloga com atuação em todas as vertentes da comunicação: RP, assessora de imprensa, jornalismo, repórter, apresentadora, com atuação na área de comunicação e diagnóstico institucional, atendimento ao cliente, gestão de projetos, marketing digital e marketing de influência na área pública e privada.

**Carin Predger**

Procuradora Municipal de Porto Alegre. Mestre em Teoria do Direito e do Estado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora e palestrante.

**Carmen Boaventura**

Advogada e consultora jurídica há 15 anos. Especialista em Direito Administrativo e em licitações e contratos. Coautora de várias obras jurídicas. Professora da pós-graduação em licitações e contratos do CERS. Palestrante de eventos em nível nacional.

**Cristiano Poubel**

Mestre em Gestão Pública. Especialista em planejamento e orçamento público; *cloud computing* e *full stack development*, além de especialidade em análise de sistemas Graduação em Engenharia Elétrica e Processamento de Dados. Atualmente é Coordenador-Geral de Normas e Análise de Aquisições de TIC.

**Daiese Jaala Bomfim**

Auditora de Controle Externo no TCM-SP. Chefe de auditoria em licitações e contratos na Advocacia-Geral da União. Advogada com mestrado e pós-graduação em Direito Público.

**Daniel da Silva Almeida**

Doutorando em Administração Pública (profissional) pelo IDP. Mestre em Administração Pública (profissional) pela UFS. Professor e palestrante, com mais de 25 anos de atuação prática em todas as esferas da Administração Pública Direta e nos Sistemas S e CFA/CRAs. Pesquisador, é autor, co-autor e articulista na área de atuação técnica.

**Daniel Martins e Avelar**

Mestre em Direito e Administração Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Viçosa e em Finanças Públicas pela Escola de Contas do TCE/MG. Subcontrolador de Correição do Município de Belo Horizonte. Membro Associado do Instituto de Direito Administrativo Sancionador.

**Eduardo Guimarães**

Mestre em Administração Pública (FGV 2008). Graduado em Tecnologia da Informação (UERJ-2001). Servidor efetivo do TCE-RJ, desde 1999. Membro da Rede Governança Brasil desde 2021. Conselheiro da Rede Latino-Americana de Abastecimento desde 2019. Professor e palestrante sobre compras públicas. Autor de livros e artigos sobre licitações e contratos. Site: [www.eduguimaraes.com](http://www.eduguimaraes.com). Instagram: @professoreduguimaraes.

**Fabiane Barbosa Ferraz**

Mestre em Direito, com ênfase em Constitucionalismo e Democracia, pela Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM). Pós-graduada em Direito Público, pela Faculdade Legale, e em Licitações e Contratos, pela Escola Mineira de Direito (EMD). Advogada e Procuradora Municipal.

**Felipe Dalenogare Alves**

Pós-doutor em Direito pela Università di Bologna. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Membro da Coordenação-Geral Jurídica de Licitações, Contratos, Convênios e Parcerias da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa. Professor, autor e palestrante na área de Direito Administrativo.

**Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho**

Conselheira Substituta do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Mestre em Administração Pública (IDP-DF). Presidente do IDAG – Instituto de Direito Administrativo de Goiás. Diretora Institucional do IBDA – Instituto Brasileiro de Direito Administrativo. Diretora de Controle Externo da AUDICON – Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas.

**Jandeson da Costa Barbosa**

Membro da Consultoria Jurídica do TCU. Pioneiro no uso da IA nas contratações públicas. Especialista Sênior que implementou a Nova Lei de Licitações no âmbito interno do TCU. Mestre em Direito e Políticas Públicas. Especialista em Direito Público. Advogado.

### **Jonas Lima**

Advogado com 30 anos em licitações e contratos administrativos. Ex-assessor da Presidência da República (CGU) e da Procuradoria Geral da República. Especialista em Direito Público pelo IDP e em Compliance Regulatório pela Universidade da Pensilvânia. Autor de cinco livros, incluindo o bilíngue *Licitação Internacional no Brasil / International Public Bidding in Brazil*. Palestrante em mais de 180 eventos no Brasil e no exterior.

### **Julieta Mendes Lopes**

Advogada. Vice-Presidente do Grupo JML. Mestre em Direito Público. Professora da PUCPR e coordenadora do curso de especialização em Licitações e Contratos da PUC/SC.

### **Luana Carvalho de Almeida**

Escritora. Docente em pós-graduação e MBA sobre Licitações e Contratos. Servidora de carreira do Judiciário Federal, nas funções de Assessora Jurídica, Assessora Socioambiental, Auditora Interna, Subsecretaria de Licitações e Contratos. Realizou inspeções pela Corregedoria-Geral da JF. Fundadora e coordenadora de eventos significativos, como o ConSisJud e as Conferências em Estudos de Casos. Serve como consultora na OAB/DF e em comitês de Governança no Judiciário e na iniciativa privada.

### **Madeline Rocha Furtado**

Escritora. Professora. Palestrante e Consultora na área de Gestão Pública. Assessora na Secretaria de Governo Digital/Ministério da Gestão e Inovação e Serviços Públicos (SGD/MGI). Coautora da obra *Gestão de Contratos de terceirização na Administração Pública – teoria e prática*. (8. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2023). Coautora da obra *Nova Lei de Licitações – Lei 14.133/2021* (Ed. Amazon, 2021). Coautora da obra *Licitações e Contratos Administrativos na Lei nº 14.133/2021: aspectos gerais* (Ed. Negócios Públicos). Coautora da obra *Fucture Law* (v. III. Porto: Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos e Universidade Lusófona, 2022). Autora de diversos artigos publicados em revistas especializadas sobre o tema Licitações e Contratos Administrativos. Articulista na área de Licitações e Contratos no Observatório da nova Lei de Licitações da Editora Fórum. Parecerista da *Revista TCU*.

### **Mariana Bueno Resende**

Mestre em Direito e Administração Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Assessora de Conselheiro no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG). Professora.

### **Marilene Carneiro Matos**

Advogada. Doutora e Mestre em Direito Público IDP. Diretora de Comunicação da Alumni Direito UnB. Membro da Comissão de Direito Constitucional da OAB-SP. Autora de livros e artigos jurídicos.

### **Marinês Restelatto Dotti**

Advogada da União. Especialista em Direito do Estado e em Direito e Economia pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul (UFRGS). Autora e coautora de livros e artigos na área de licitações e contratações públicas. Articulista da seção “Opinião” do site [www.ordemjuridica.com.br](http://www.ordemjuridica.com.br).

### **Michelle Marry Marques da Silva**

Advogada da União. Atualmente é Coordenadora-Geral de Orientação e Diretora substituta no Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos (DECOR/AGU). Coordenadora da Câmara Nacional de Licitações e Contratos Administrativos/AGU. Mestre em Direito Constitucional. Pós-graduada em Direito Público. Coautora e Autora de diversos livros e artigos. Professora e palestrante.

### **Monique Rafaella Rocha Furtado**

Sócia-Fundadora e *Head* de Negócios Públicos do escritório Rocha Furtado Advocacia. Advogada administrativista. Consultora. Palestrante e professora. Pós-graduada em Direito Administrativo pelo Instituto Brasileiro de Direito Público. MBA em *Compliance* e Governança pela FACE/UnB. Especialização em Direito, Economia e *Compliance* pela Universidade de Coimbra, Portugal. Bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Foi membro do Grupo de Trabalho de Modernização da Lei de Licitações da OAB Federal (2017/2018). Coautora das obras *Gestão de contratos de terceirização na Administração Pública – Teoria e Prática* (8. ed. Editora Fórum, 2023); *Nova Lei de Licitações – Lei nº 14.133/2021* (Ed. Amazon, 2021). Articulista nas áreas de Licitações, *Compliance* e LGPD em diversos portais e editoras.

### **Paulo Sérgio de Monteiro Reis**

Engenheiro civil e advogado, com mais de 48 anos de atuação na Administração Pública. Palestrante e consultor no tema licitações e contratos. Autor e coautor de diversos livros sobre esses temas.

### **Rafael Pacheco da Silva Costa**

Especialista, professor e palestrante na área de Licitações e Contratos há mais de 10 anos. Pós-graduado em Direito Público. Graduado em Direito. Servidor do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). Atualmente é assessor do Secretário-Geral. Ex-diretor de Licitações e Contratos, Pregoeiro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do MPRJ.

### **Rogério Mascarenhas**

Graduado em Informática e pós-graduado em Gestão Tributária, Governo Eletrônico e em Gestão de Negócios e Tecnologia da Informação pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV/EBAPE). Atualmente é Secretário de Governo Digital do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (SGD/MGI).

### **Simone Tarasconi Fraga**

Especialista em Direito Administrativo pela Universidade de Caxias do Sul (UCS/RS). Pregoeira pela Escola da Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS). Bibliotecária do Município de Porto Alegre.

**Teresa Villac**

Advogada da União na Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

**Virgínia Bracarense Lopes**

Especialista em Direito Público e Liderança e Gestão Pública. Bacharel em Direito e Administração Pública. Experiência de 20 anos em logística e compras públicas, com foco em centralização e inovação. Autora de livros e artigos. Professora e palestrante. Atuou no Governo Federal e no Estado de Minas Gerais em projetos premiados.

## SUMÁRIO

PREFÁCIO	
ANTÔNIO ANASTASIA .....	19
APRESENTAÇÃO	
MADLINE ROCHA FURTADO, MONIQUE RAFAELLA ROCHA FURTADO .....	21
Estrutura e organização dos temas .....	22

### TÍTULO I

#### NOVOS DESAFIOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

##### CAPÍTULO 1

###### BREVE ENSAIO SOBRE A TI NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA DIRETRIZ A SER OBSERVADA NA GESTÃO PÚBLICA

MADLINE ROCHA FURTADO, ROGÉRIO MASCARENHAS .....	37
Introdução .....	37
1    Breve histórico dos caminhos da Administração Pública no Brasil .....	43
2    Como a Tecnologia da Informação impacta a Administração Pública? .....	47
3    A Tecnologia da Informação e as contratações públicas .....	48
Conclusão .....	53

##### CAPÍTULO 2

###### A DIMENSÃO CLIMÁTICA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: ORIENTAÇÕES PARA O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E A ANÁLISE DE RISCOS

TERESA VILLAC .....	55
1    Introdução .....	55
2    Dimensão climática: conceitos relevantes .....	57
2.1    Direito Ambiental e seus princípios incidentes nos estudos técnicos preliminares e nas análises de riscos .....	57
2.2    Direito das mudanças climáticas: noções introdutórias para sua aplicação nas contratações públicas .....	61
2.3    Planos de adaptação às mudanças do clima: o marco da Lei nº 14.904, de 27 de junho de 2024, e as repercussões nas contratações públicas .....	63
3    Dimensão climática na Lei nº 14.133/21 .....	65
3.1    Dimensão climática no estudo técnico preliminar e na análise de riscos: orientações .....	66
4    Considerações finais .....	69
Referências .....	70

##### CAPÍTULO 3

###### O PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS COM FOCO NA SUSTENTABILIDADE SOCIAL

DAIESSE JAALA BOMFIM, CARMEN BOAVENTURA .....	71
Introdução .....	71
1    Dos pilares da sustentabilidade .....	72
2    Da sustentabilidade social nas contratações públicas .....	75
3    Planejamento das contratações públicas: critérios de sustentabilidade social no ETP e TR .....	82
4    Conclusão .....	98
Referências .....	100

### TÍTULO II

#### AS CONTRATAÇÕES NA PRÁTICA

##### CAPÍTULO 1

###### ASPECTOS PRÁTICOS ENVOLVENDO OS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES E O TERMO DE REFERÊNCIA – LEI Nº 14.133/2021

MARINÊS RESTELATTO DOTTI .....	105
1    Introdução .....	105
2    Utilização de projeto básico ou termo de referência .....	108
3    Utilização de termo de referência integrante de licitação ou de contratação direta anterior .....	111
4    Aprovação do projeto básico e do termo de referência .....	113

5	Competência para a elaboração dos estudos técnicos preliminares.....	116
6	Competência para a elaboração do termo de referência.....	117
7	Elaboração dos estudos técnicos preliminares por terceiro sem vínculo com a Administração.....	117
8	Contratação de terceiro para a elaboração de termo de referência.....	119
9	Afastamento da elaboração dos estudos técnicos preliminares.....	120
10	Dispensa da elaboração do termo de referência.....	122
10.1	Elaboração do termo de referência nas adesões a atas de registro de preços.....	123
11	Inaplicabilidade do estudo técnico preliminar e afastamento do termo de referência.....	124
12	Elaboração dos estudos técnicos preliminares por órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital e municipal.....	125
13	Realização de estimativa do valor da contratação.....	126
14	Divulgação do termo de referência e do estudo técnico preliminar como seu anexo.....	129
15	Conclusão.....	131
	Referências.....	135

## CAPÍTULO 2

### OS IMPACTOS DA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E DO TERMO DE REFERÊNCIA NAS CONTRATAÇÕES DE ENGENHARIA

<b>PAULO SÉRGIO DE MONTEIRO REIS.....</b>	<b>137</b>	
1	Introdução.....	137
2	Desenvolvimento do estudo técnico preliminar.....	139
3	Desenvolvimento do termo de referência.....	146
4	Conclusão.....	170

## CAPÍTULO 3

### ELABORANDO O ETP SOB A PERSPECTIVA DA CENTRALIZAÇÃO DE COMPRAS E DA GOVERNANÇA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

<b>VIRGÍNIA BRACARENSE LOPES, ANDRÉA HELOISA DA SILVA SOARES.....</b>	<b>171</b>	
1	Introdução.....	171
2	Compras públicas e a centralização como estratégia de melhoria do gasto e da qualidade.....	173
3	Governança como instância orientadora da centralização de compras.....	178
4	Estudo técnico preliminar: oportunidades e pontos de atenção, considerando a centralização de compras e a governança das contratações públicas.....	183
4.1	Diagnóstico da situação atual.....	188
4.2	Prospecção de soluções.....	191
4.3	Detalhamento da solução escolhida.....	195
4.4	Conclusão.....	196
5	Considerações finais.....	199

## CAPÍTULO 4

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE AS DIFERENTES MÉTRICAS E MODALIDADES DE REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS DE TI

<b>CRISTIANO POUBEL.....</b>	<b>203</b>
Introdução.....	203
O estudo técnico preliminar em contratações de soluções de tecnologia.....	204
As métricas em contratações de soluções de tecnologia.....	211
Contratações de softwares.....	214
Contratações de serviços de computação em nuvem.....	217
Contratações de serviços de desenvolvimento e manutenção de softwares.....	226
Conclusão.....	232
Referências.....	232

## TÍTULO III CONVERGÊNCIA DE SABERES

### CAPÍTULO 1

#### O PLANEJAMENTO NAS LICITAÇÕES DE COMUNICAÇÃO: DESAFIOS E PECULIARIDADES DA FASE PREPARATÓRIA

<b>MONIQUE RAFAELLA ROCHA FURTADO, ANDRESSA CAROLINE ROCHA FURTADO.....</b>	<b>237</b>	
Introdução.....	237	
1	Das diversas ramificações da comunicação pública.....	238
2	Das peculiaridades relevantes a serem perseguidas na fase preparatória de uma licitação de comunicação.....	245

3	Dos requisitos específicos de uma licitação de comunicação .....	250
3.1	<i>Briefing</i> .....	251
3.2	Subcomissão técnica e dinâmica dos envelopes .....	252
3.3	Modelo de múltiplas contratações .....	255
	Conclusão .....	257
	Referências .....	258

## CAPÍTULO 2

### O PLANEJAMENTO DAS LICITAÇÕES INTERNACIONAIS E AS PARTICULARIDADES PARA O ETP E O TR

<b>JONAS LIMA</b> .....	<b>259</b>	
1	Introdução essencial sobre as licitações internacionais .....	259
1.1	Base constitucional .....	259
1.2	Base legal .....	260
2	O planejamento das licitações internacionais e as particularidades para ETP e TR .....	263
2.1	Aspectos técnicos e mercadológicos para um ETP de processo internacional .....	263
2.2	Destaques de dispositivos normativos no contexto do ETP internacional .....	267
2.3	Destaques de dispositivos normativos no contexto do TR internacional .....	268
3	Conclusões .....	269

## CAPÍTULO 3

### INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ETP, TR E O COELHO BRANCO

<b>JANDESON DA COSTA BARBOSA</b> .....	<b>271</b>	
	Introdução .....	271
	Uma solução nova para problemas antigos .....	272
	VocêGPT .....	279
	A inteligência artificial, a inteligência natural e o discernimento .....	281
	A “sincronização” .....	281
	O conhecimento do usuário .....	281
	O discernimento ou “inteligência natural” .....	282
	Conclusão .....	283
	Referências .....	284

## TÍTULO IV

### DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DE ETPs E TRs

## CAPÍTULO 1

### A (IN)SIGNIFICÂNCIA DO ETP NO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES NAS ESTATAIS

<b>MADÉLINE ROCHA FURTADO</b> .....	<b>289</b>	
	Introdução .....	289
1	O processo de planejamento das contratações do Poder Executivo federal .....	291
1.1	A produção dos artefatos da Lei nº 14.133/21 e da Lei nº 13.303/16 .....	293
1.2	Da necessidade de horizontalização do processo .....	296
2	O ETP e a dita “burocracia” .....	298
3	Conclusão .....	307
	Referências .....	309

## CAPÍTULO 2

### TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES E TERMO DE REFERÊNCIA NA LEI Nº 14.133/2021: APRIMORANDO A TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

<b>LUANA CARVALHO DE ALMEIDA</b> .....	<b>311</b>	
1	Introdução .....	311
2	Eficiência documental: da etimologia à regulação contemporânea .....	313
3	Técnica normativa: elementos constitutivos e conformidade legal .....	315
4	Técnica instrumental: prática de estruturação lógica e evolutiva .....	317
5	Conclusões .....	322
	Referências .....	322

## CAPÍTULO 3

### CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SEM ETP: UM RISCO À EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA?

<b>CARIN PREDIGER, SIMONE TARASCONI FRAGA</b> .....	<b>323</b>	
1	O ETP e a eficiência nas contratações públicas sem licitação .....	323



2	A facultatividade do ETP nas contratações diretas: uma subversão da diretriz que orienta a manter o foco no planejamento? .....	326
3	A impossibilidade de elaborar o ETP: casos práticos que podem levar à inexigibilidade de licitação e repercussão na eficiência administrativa .....	336
	Conclusões.....	341

**TÍTULO V**  
**DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA A ELABORAÇÃO**  
**DOS ETPs E TRs**

**CAPÍTULO 1**

**O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E O TERMO DE REFERÊNCIA NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS**

<b>MARILENE CARNEIRO MATOS, DANIEL DA SILVA ALMEIDA .....</b>	<b>347</b>
Introdução .....	347
1 Breve contexto histórico do planejamento nas contratações.....	348
2 Premissas básicas para confecção dos artefatos para aplicação da Lei nº 14.133/2021 .....	350
3 Essência dos serviços técnicos profissionais especializados .....	353
3.1 Contratação mediante licitação .....	354
3.2 Contratação direta .....	356
4 A (in)existência de discricionariedade para a elaboração de ETP e TR .....	361
4.1 Estudo técnico preliminar será sempre obrigatório? .....	361
4.2 Termo de referência pode ser dispensado em algum momento?.....	362
5 Análise individual e materialização dos artefatos.....	363
5.1 Materialização do ETP na contratação de serviços técnicos especializados.....	363
5.2 Materialização do TR na contratação de serviços técnicos especializados .....	365
6 Considerações finais .....	367
Referências.....	368

**CAPÍTULO 2**

**ELABORAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E DE TERMO DE REFERÊNCIA NAS CONTRATAÇÕES DIRETAS**

<b>RAFAEL PACHECO DA SILVA COSTA .....</b>	<b>371</b>
I Introdução: a importância do planejamento e alguns aspectos conceituais .....	371
II A “porta regulamentar” na Lei nº 14.133/2021 e seus reflexos na etapa preparatória das contratações diretas.....	374
III O ETP e as contratações diretas.....	376
IV O TR e as contratações diretas.....	379
V Conclusão .....	381
Referências.....	382

**CAPÍTULO 3**

**ARTEFATOS PARA O PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES NO SISTEMA “S”: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA**

<b>JULIETA MENDES LOPES .....</b>	<b>385</b>
Introdução .....	385
1 Regime jurídico aplicável aos Serviços Sociais Autônomos e o dever de licitar .....	386
2 Planejamento da contratação .....	394
3 Interações com o mercado e estudo técnico preliminar .....	395
4 Termo de referência.....	399
4.1 Descrição do objeto .....	401
5 Conclusão .....	406

**TÍTULO VI**  
**A QUESTÃO DA ESTIMATIVA DOS PREÇOS NO ETP E TR**

**CAPÍTULO 1**

**A ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR À LUZ DO PRINCÍPIO DO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS**

<b>FELIPE DALENOGARE ALVES, FABIANE BARBOSA FERRAZ .....</b>	<b>411</b>
1 Introdução .....	411
2 O planejamento como princípio norteador às contratações públicas na Lei nº 14.133/2021 .....	412
3 Estudo técnico preliminar: a materialização do planejamento no microprocesso de contratação.....	418
4 Um comparativo entre a estimativa do valor da contratação (artigo 18 §1º VI) e a pesquisa de preços (artigo 23).....	424
5 Conclusão .....	428
Referências.....	429

CAPÍTULO 2

PESQUISA DE PREÇOS NO ETP E TR: OBJETIVOS, DIFERENÇAS, PROCEDIMENTOS E CAUTELAS

<b>EDUARDO GUIMARÃES</b> .....	<b>433</b>
1 Introdução .....	433
2 O estudo técnico preliminar (ETP) .....	434
3 O termo de referência (TR).....	437
4 As duas pesquisas de preços da fase preparatória.....	439
5 Procedimentos de pesquisa de preços.....	442
6 Análise da exequibilidade dos preços.....	448
7 Conclusão .....	450
Referências .....	452

TÍTULO VII

**REGULAMENTAÇÃO E CONTROLE**

CAPÍTULO 1

OS LIMITES PARA REGULAMENTAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PELOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS À LUZ DA LEI Nº 14.133/2021

<b>MICHELLE MARRY MARQUES DA SILVA</b> .....	<b>455</b>
1 Introdução .....	455
2 Do modelo de administração pública gerencial adotado na Lei nº 14.133/2021 .....	456
3 Das fases do processo licitatório .....	461
4 Definição do estudo técnico preliminar na Lei nº 14.133/2021 e a opção legislativa pela sua elaboração obrigatória como regra geral.....	462
5 Da competência privativa da União para legislar sobre normas gerais de licitação e contratos .....	468
6 Limites para regulamentação do estudo técnico preliminar pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.....	480
7 Conclusão .....	484
Referências .....	485

## CAPÍTULO 2

### O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) E TERMO DE REFERÊNCIA (TR) NA VISÃO DO CONTROLE EXTERNO

<b>DANIEL MARTINS E AVELAR, MARIANA BUENO RESENDE .....</b>	<b>487</b>
1 Introdução .....	487
2 Planejamento e controle na nova Lei de Licitações e Contratos.....	488
3 Decisões relevantes dos órgãos de controle externo sobre ETP e TR	492
4 Considerações finais .....	497
Referências.....	498

## CAPÍTULO 3

### OS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES E O CONTROLE EXTERNO DAS LICITAÇÕES

<b>HELOÍSA HELENA ANTONACIO MONTEIRO GODINHO .....</b>	<b>501</b>
1 Introdução .....	501
2 Controle externo das licitações e contratos .....	504
3 O planejamento das licitações como ato de governança e de gestão .....	510
4 Os estudos técnicos preliminares como instrumentos de planejamento e controle (e as alternativas possíveis mencionadas na LINDB) .....	513
5 Responsabilização dos agentes por ausência de estudos preliminares ou defeitos que causem ou aumentem os riscos na contratação.....	517
6 Conclusões.....	521
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>522</b>
<b>SOBRE OS AUTORES.....</b>	<b>525</b>